



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UBÁ/MG
2015/2025

SUMÁRIO

	LISTA DE FIGURAS.....	04
	LISTA DE GRÁFICOS.....	05
	LISTA DE QUADROS.....	06
	LISTA DE TABELAS.....	07
1	INTRODUÇÃO.....	08
2	METODOLOGIA.....	10
3	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	11
3.1	Aspectos Gerais.....	11
3.1.1	Histórico.....	15
3.1.2	Evolução - Formação Administrativa.....	18
3.1.3	Infraestrutura.....	20
3.1.4	Símbolos de Ubá.....	22
3.2	Aspectos Demográficos.....	24
3.3	Aspectos Sociais.....	26
3.3.1	Pobreza e Transferência de Renda.....	26
3.3.2	Índice de Desenvolvimento Humano.....	27
3.4	Aspectos Econômicos.....	29
3.4.1	Produção.....	29
3.4.2	Mercado de Trabalho.....	31
3.5	Administração Pública.....	33
3.5.1	Estrutura.....	33
3.5.2	Capacidade Técnica.....	34
3.5.3	Finanças.....	35
3.5.4	Planejamento.....	36
4	PLANOS DE EDUCAÇÃO.....	37
4.1	Histórico do Plano Nacional de Educação.....	37
4.2	Histórico do Plano Municipal de Educação.....	41
4.3	Histórico do Plano Municipal de Educação de Ubá.....	44
5	EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	45
5.1	Histórico da Educação no Município.....	45
5.2	Diagnóstico da Educação no Município.....	47
5.2.1	Garantia do Direito à Educação Básica com Qualidade.....	47
5.2.1.1	Educação Infantil.....	48
5.2.1.2	Ensino Fundamental.....	49
5.2.1.3	Ensino Médio.....	51
5.2.1.4	Alfabetização.....	53
5.2.1.5	Educação em Tempo Integral.....	54
5.2.1.6	Aprendizado Adequado na Idade Certa.....	56
5.2.1.7	EJA Integrada à Educação Profissional.....	57
5.2.1.8	Educação Profissional.....	58
5.2.2	Superação das Desigualdades e a Valorização das Diferenças.....	60
5.2.2.1	Educação Especial / Inclusiva.....	60
5.2.2.2	Elevação da escolaridade / diversidade.....	61
5.2.3	Valorização dos Profissionais da Educação.....	63
5.2.3.2	Formação dos Professores.....	64
5.2.3.3	Formação Continuada e Pós-Graduação.....	65
5.2.3.4	Remuneração do Magistério.....	67
5.2.3.5	Plano de Carreira.....	69
5.2.4	Ensino Superior.....	70
5.2.5	Gestão Democrática e Participação Social.....	71
5.2.6	Financiamento.....	73

5.2.7	Ações Implementadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no Município.....	75
5.2.8	Ações Implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de Ubá.....	76
6	AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.....	78

REFERÊNCIAS

ANEXOS

ANEXO I – DECRETO 5.687 DE 16 DE ABRIL DE 2015

ANEXO II - INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS DO PME

ANEXO III – METAS E ESTRATÉGIAS

ANEXO IV – CONVITE DEBATE PÚBLICO

ANEXO V- LISTA DE CONVIDADOS VIA E-MAIL – DEBATE PÚBLICO

ANEXO VI- LISTA DE CONVIDADOS CONFIRMADOS – DEBATE PÚBLICO

ANEXO VII – LISTA DE PRESENÇA - DEBATE PÚBLICO

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Localização de Minas Gerais no Brasil.....	11
FIGURA 2 -	Mapa de Minas Gerais.....	12
FIGURA 3-	Mesorregião da Zona da Mata.....	13
FIGURA 4-	Localização de Ubá no Estado de Minas Gerais.....	14
FIGURA 5-	Vista Panorâmica de Ubá.....	15
FIGURA 6 -	Bandeira do município de Ubá.....	23
FIGURA 7 -	Brasão de armas do município de Ubá.....	24

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	Taxa de crescimento anual.....	25
GRÁFICO 2 -	População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010.....	26
GRÁFICO 3 -	Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e de beneficiários do Programa Bolsa Família – 2006 e 2013.....	27
GRÁFICO 4 -	Participação dos setores econômicos no PIB – 2010.....	29
GRÁFICO 5 -	Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e Estado – 2005 e 2010.....	30
GRÁFICO 6 -	Participação dos setores econômicos no PIB – 2010.....	30
GRÁFICO 7 -	Distribuição das 5 principais culturas de agricultura do município – 2011.....	31
GRÁFICO 8 -	Taxa de desemprego por área selecionada – 2010.....	31
GRÁFICO 9 -	Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010.....	32
GRÁFICO 10 -	Admitidos e desligados no Município – 2005 a 2012.....	33
GRÁFICO 11 -	Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo- 2011.....	35
GRÁFICO 12 -	Distribuição percentual das 5 principais despesas do município – 2011.....	36

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Mesorregiões de Minas Gerais.....	12
QUADRO 2 -	Indicadores Geográficos, Sociais e Econômicos do Município.....	14
QUADRO 3 -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Ubá – MG.....	28
QUADRO 4 -	Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola.....	49
QUADRO 5 -	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.....	49
QUADRO 6 -	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.....	50
QUADRO 7 -	Percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental.....	50
QUADRO 8 -	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.....	52
QUADRO 9 -	Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos.....	52
QUADRO 10 -	Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental.....	54
QUADRO 11 -	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.....	54
QUADRO 12 -	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.....	54
QUADRO 13 -	Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.....	56
QUADRO 14 -	Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares..	56
QUADRO 15 -	Percentual de matrículas de educação e jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.....	58
QUADRO 16 -	Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.	61
QUADRO 17 -	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.....	63
QUADRO 18 -	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural.....	63
QUADRO 19 -	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente entre os 25% mais pobres.....	63
QUADRO 20 -	Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.....	63
QUADRO 21 -	Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.....	66
QUADRO 22 -	Instrumentos de Gestão Democrática existentes no município.....	72
QUADRO 23 -	Caráter do Conselho Municipal de Educação.....	73
QUADRO 24 -	Receita Arrecadada x Receita Própria (R\$).....	74
QUADRO 25 -	Percentual de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	74
QUADRO 26 -	Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	74
QUADRO 27 -	Ações do MEC no município.....	75
QUADRO 28 -	Ações da Secretaria Municipal de Educação de Ubá no Município.....	76

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental.....	50
TABELA 2 -	Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental.....	50
TABELA 3 -	Taxa de distorção Idade-série – Ensino Médio.....	52
TABELA 4 -	Taxa de distorção Idade-série/Rede – Ensino Médio.....	53
TABELA 5 -	Média de horas-aula diária dos alunos por etapa de ensino.....	56
TABELA 6 -	Médias nacionais para o Ideb constantes da meta 7 do PNE.....	56
TABELA 7 -	IDEB observado e Meta projetada do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública.....	57
TABELA 8 -	IDEB observado e Meta projetada do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública.....	57
TABELA 9 -	Matrículas de Educação Profissional Técnica total e por forma de articulação com o Ensino Médio.....	59
TABELA 10 -	Matrículas de Educação Profissional Técnica por rede.....	59
TABELA 11 -	Matrículas de Educação Profissional Técnica por localidade.....	60
TABELA 12 -	Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por tipo de classe.....	61
TABELA 13 -	Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior.....	65
TABELA 14 -	Porcentagem de professores que tem licenciatura na área em que atuam.....	65
TABELA 15 -	Porcentagem de professores do Ensino Médio que tem licenciatura na área em que atuam.....	65
TABELA 16 -	Porcentagem de professores da educação básica com pós graduação por tipo de graduação.....	66
TABELA 17 -	Média salarial rede municipal professor AI.....	67
TABELA 18 -	Média salarial rede municipal professor BI.....	67
TABELA 19 -	Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo.....	69

1 INTRODUÇÃO

"O planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes" (Drucker, 1986: 32).

Diante desta premissa, busca-se neste documento retratar o esforço e empenho de um grupo de pessoas que através de um trabalho coletivo traçou as metas para o Plano Municipal de Educação de Ubá (PME) alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e ao Plano Estadual de Educação (PEE) com os objetivos de garantir os direitos do cidadão ubaense através de uma proposta educacional estruturada, organizada e de qualidade, contribuindo para que o Brasil tenha educação com qualidade e para todos.

O desejo intrínseco neste documento legítimo pauta-se em fazer das diretrizes abaixo relacionadas uma realidade em nosso município.

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais;

IV - melhoria da qualidade do ensino;

V - formação para o trabalho;

VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;

VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;

IX - valorização dos profissionais da educação; e

X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

Diante disto, realizou-se a construção do Plano Decenal de Educação de Ubá através de um processo permanente e contínuo, antecipando ações que possam prejudicar a sua efetivação e consolidação. Foi necessário também um diagnóstico fiel a realidade atual para que se pudesse projetar metas que serão alcançadas por meio de atitudes e tomadas de decisões de forma racional.

Sabe-se que existem possibilidades de interferência em sua execução e realização ao longo dos anos, mas, as ações a serem realizadas retratam a necessidade e anseio da sociedade ubaense para educação na próxima década e pode-se conferir a intensa pertinência local e mundial das

propostas educacionais previstas, bem como a grande sintonia da nossa população em relação aos objetivos internacionais e nacionais da educação.

Elaborou-se um documento sistêmico, considerando a educação em sua totalidade; interativo, considerando a flexibilidade para fazer ajustes e correções que forem necessários em função do momento e das ações modificarem e interferirem no percurso de sua realização, podendo ser adaptado e alterado; cíclico e contínuo, visto que, à medida que for executado, será conseqüentemente realizado, deixando de ser uma ação futura para se tornar presente. E por fim, deve-se considerar o seu caráter provocativo de mudança e inovação.

Parafraseando Paulo Freire, o mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente nos relacionamos, nosso papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. A mudança é possível.


Maria do Carmo Mello

Secretária Municipal de Educação de Ubá

2 METODOLOGIA

O Plano Municipal de Educação de Ubá foi construído em cinco etapas conforme orientações do Ministério da Educação.

Primeiramente definiu-se e instituiu-se a Comissão Coordenadora e Técnica e deu-se seu empoderamento.

Em um segundo momento, construiu-se o Documento-Base que é a proposta preliminar do Plano Municipal de Educação.

Em seguida promoveu-se um amplo e participativo debate público tendo como principal instrumento de referência o Documento-Base.

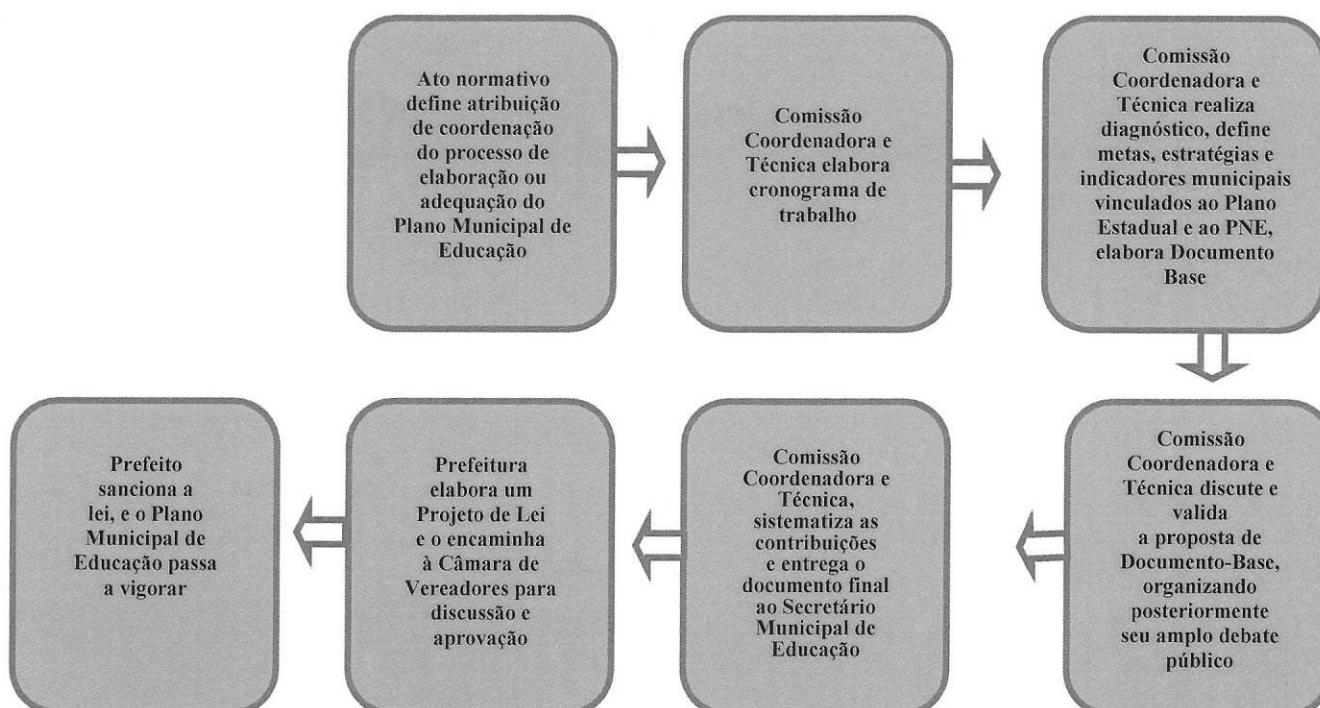
Nesse momento, a sociedade construiu os consensos e acordos necessários sobre os desafios educacionais prioritários e as formas de enfrentá-los ao longo da década de vigência do Plano.

Posteriormente, a Equipe Coordenadora e Técnica revisitaram o Documento-Base, examinando a viabilidade das mudanças propostas e fazendo as adequações necessárias para a validação do mesmo.

O Documento, em sua versão final, foi então encaminhado oficialmente ao Poder Executivo, que elaborou e enviou um Projeto de Lei para a apreciação da Câmara de Vereadores.

A Comissão Coordenadora e Técnica acompanhará a tramitação na Câmara Municipal.

De maneira geral, o processo depende das seguintes iniciativas:



3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

3.1 Aspectos Gerais

O Município de Ubá situa-se no estado de Minas Gerais. Minas Gerais é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizada na Região Sudeste do país, sendo o quarto estado com a maior área territorial e o segundo em quantidade de habitantes. Limita-se ao sul e sudoeste com São Paulo, a oeste com o Mato Grosso do Sul, a noroeste com Goiás e Distrito Federal, a norte e nordeste com a Bahia, a leste com o Espírito Santo e a sudeste com o Rio de Janeiro.



Figura 1 - Localização de Minas Gerais no Brasil.
Fonte: Brasil Turismo

Inicialmente o território de Minas Gerais era habitado por indígenas quando os portugueses chegaram ao Brasil. A migração para o estado ocorreu com a existência de ouro. A extração do metal trouxe riqueza e desenvolvimento para a então província, proporcionando seu desenvolvimento econômico e cultural. Mas o ouro logo se tornou escasso, provocando a emigração de grande parte da população, até surgir um novo ciclo (o do café) que trouxe a Minas projeção nacional. Minas Gerais atualmente possui o terceiro maior produto interno bruto do Brasil, sendo que grande parte do total produzido no estado ainda deve-se a atividades mineradoras. Tal desenvolvimento também advém de sua notável infraestrutura, como a grande quantidade de usinas hidrelétricas e a maior malha rodoviária do país. A capital de Minas é Belo Horizonte, sua população estimada em 2014 foi de 20.734.097 habitantes, sua área é de 586.519,727 km² e possui 853 municípios, dentre eles Ubá.

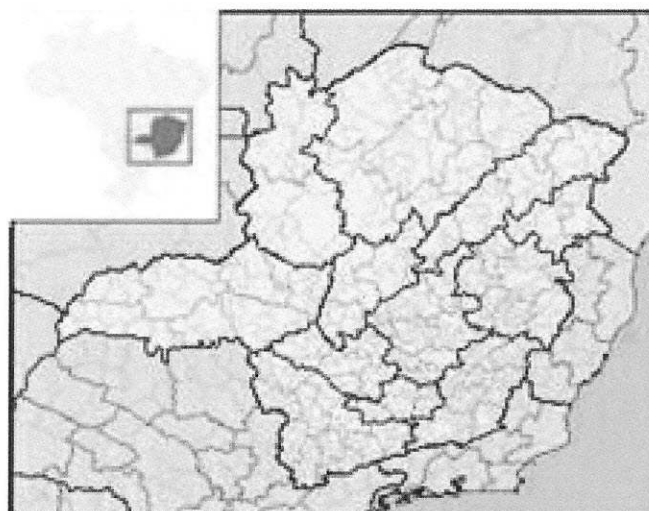


Figura 2 - Mapa de Minas Gerais.

Fonte: Wikipedia

O Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) divide Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. De acordo com o órgão, este sistema de divisão tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. As 12 mesorregiões estabelecidas pelo IBGE para Minas Gerais estão relacionadas no quadro abaixo.

Mesoregião	Área (km ²)	População (hab. 2013)	Densidade demográfica (hab./km ²)	PIB (milhões de R\$)	PIB <i>per capita</i> (Reais)	Cidade mais populosa
Campo das Vertentes	12.563,667	581.224	46,3	7,753	13.823,93	Barbacena
Central Mineira	32.751,901	432.668	13,2	6,250	14.970,26	Curvelo
Jequitinhonha	50.143,249	725.358	14,5	5,100	7.259,64	Diamantina
Metropolitana de Belo Horizonte	39.486,678	6.578.179	166,6	174,508	27.550,76	Belo Horizonte
Noroeste de Minas	62.381,061	385.045	6,2	8,186	22.050,44	Paracatu
Norte de Minas	128.454,108	1.686.913	13,1	16,456	10.106,66	Montes Claros
Oeste de Minas	24.043,467	1.011.376	42,1	15,997	16.447,94	Divinópolis
Sul e Sudoeste de Minas	49.523,893	2.556.874	51,6	49,617	20.111,17	Poços de Caldas
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	90.545,534	2.274.420	25,1	63,507	29.052,14	Uberlândia
Vale do Mucuri	20.080,657	398.126	19,8	3,508	9.086,06	Teófilo Otoni
Vale do Rio Doce	41.809,873	1.690.428	30,4	22,438	13.730,75	Governador Valadares
Zona da Mata	35.747,729	2.272.725	63,6	30,230	13.772,55	Juiz de Fora

Quadro 1: Mesorregiões de Minas Gerais

Fonte: IBGE

A mesorregião da Zona da Mata é formada por 143 municípios agrupados em sete microrregiões: Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa. Possui uma área de 35.747,729 km² e uma população de 2.145.945 habitantes. Ubá representa 12,3 % da população total, é um dos maiores pólos moveleiros do Brasil e tem forte grau de potencial de desenvolvimento socioeconômico.



Figura 3 – Mesorregião da Zona da Mata
Fonte: Portal do Governo do Estado de Minas Gerais

Ubá está situada na Zona da Mata de Minas Gerais, na Microrregião conhecida como “Mata de Ubá”, com 407,699 km² de área territorial.

A sede do Município se define pela intercessão de coordenadas geográficas de 21° 07' e 12' de latitude sul e 42° 56' e 34' de longitude oeste, estando a 338 de altitude. Isso lhe confere a classificação de clima quente e úmido, em transição para temperado, com a temperatura média anual oscilando entre 17° e 30°, podendo, no verão, atingir 39° de máxima absoluta.

O Município dista 290 km da capital do Estado, Belo Horizonte; 300 km, da cidade do Rio de Janeiro; e 644 km da cidade de São Paulo. Liga-se a todas essas cidades por rodovias em excelentes estados de conservação. Situa-se a apenas 110 km de Juiz de Fora e Barbacena; 100 km de Muriaé e 70 km de Viçosa, serve-se em todas essas direções por vias asfaltadas.

A poucos minutos de Ubá, também por ligação asfáltica, localizam-se os municípios limítrofes: Dolores do Turvo, Senador Firmino, Divinésia, Visconde do Rio Branco, Guidoal, Rodeiro, Astolfo Dutra, Piraúba e Tocantins.

Por sua hospitalidade, marca profunda de seu povo, Ubá recebe o gentil cognome de “Cidade Carinho”. Sua administração está a cargo do Prefeito Municipal Evaldo Baião Albino.

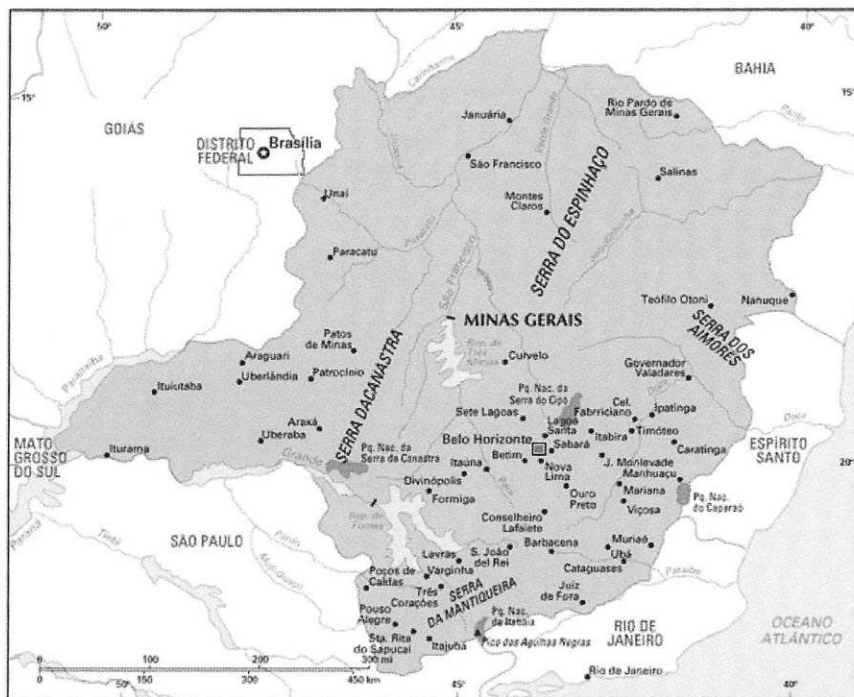


Figura 4 – Localização de Ubá no Estado de Minas Gerais

Fonte: Guianet

Área (2010)	407,699 km ²
Fundação	03/07/1857
População IBGE/2014	109.779 hab.
Densidade	266,27 hab./km ²
Altitude	338 m
Clima	Tropical
Taxa de urbanização (2010)	96,18
Valor das receitas correntes	
Participação dos gastos em educação nas receitas correntes	
Localização: Mesorregião	Zona da Mata
Microrregião	Ubá
Região de Planejamento	Mata
Pólo Regional de Ensino(Sede)	Mata(Juiz de Fora)
Superintendência Regional de Ensino	38 ^a . Ubá
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M/2013)	0,724
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação (2010)	0,620
Taxa de Crescimento Anual(2000/2010)	1,78%
Produto Interno Bruto (PIB/2010)	R\$ 1 376 386 mil
PIB per capita (2010)	R\$ 13 564,99

Quadro 2: Indicadores Geográficos, Sociais e Econômicos do Município

Fonte: IBGE

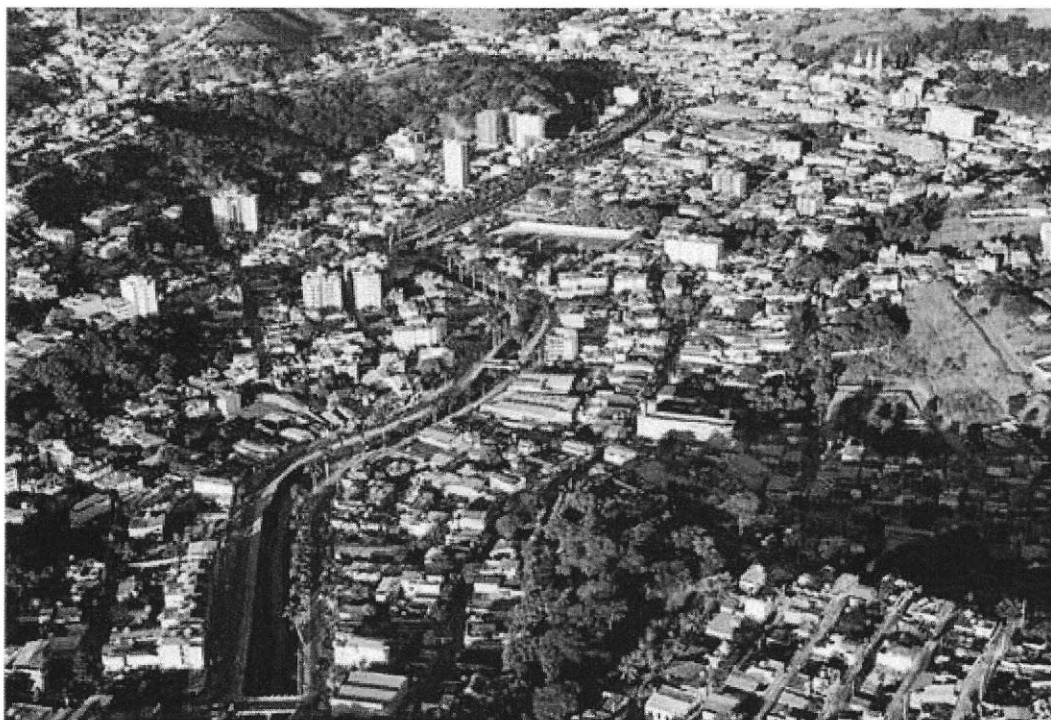


Figura 5 – Vista Panorâmica de Ubá
Fonte: Prefeitura Municipal de Ubá

3.1.1 Histórico

A palavra Ubá, em tupi-guarani, significa canoa de uma só peça escavada em tronco de árvore. É também o nome popular da gramínea "Gynerun Sagittatum", de folha estreita, longilínea e flexível, em forma de cano, utilizada pelos índios na confecção de flechas de caça e combate, e encontradas em toda a extensão das margens do ribeirão que corta a cidade. O nome do Rio Ubá se deu justamente pela existência dessas gramíneas.

A colonização da bacia do Rio Pomba deu-se, inicialmente, a partir da decadência das atividades de mineração. Em fins do século XVIII e início do século XIX, várias famílias deixaram Mariana, Ouro Preto, Guarapiranga e outros centros de extração à procura de terras férteis e propícias à agricultura, onde pudessem desenvolver atividades de renda mais estável e segura.

As regiões banhadas pelo Rio Turvo, Chopotó, Pomba e outros, eram assediadas devido à ocorrência de florestas que prestaram à extração de madeira e que, até então, eram habitadas por índios (chopós, croatos e puris) e por aventureiros. Esses fundaram fazendas que prosperaram e deram início à formação de núcleos de população, que hoje são cidades florescentes, entre as quais, a cidade de Ubá.

Em novembro de 1767, o Padre Manoel de Jesus Maria foi encarregado de catequizar os índios, preparando as bases para a entrada dos donos de sesmarias, iniciando, assim, a organização de um grande aldeamento central.

No período de 1797 a 1798 foram doadas as primeiras sesmarias localizadas em terras desocupadas e nas cabeceiras, encostas e margens do Rio Ubá. Nesta época, Bernardo Antônio de Lorena, do conselho do rei D. João VI, era governador da capitania de Minas Gerais.

Em 1805, o capitão Mor Antônio Januário Carneiro, natural de Calambau e o seu cunhado, comendador José Cesário de Faria Alvim, adquiriram várias sesmarias até então pertencentes ao município de São João Batista do Presídio, hoje Visconde do Rio Branco, trazendo suas famílias, escravos e rebanhos.

Fundaram, assim, a atual cidade de Ubá.

Neste período, segundo acordo firmado entre o Vaticano e os reis católicos, quando fosse fundada uma povoação nos países colonizados, em primeiro lugar deveria ser construída uma igreja como marco inicial.

Enquanto os primeiros donos das terras situadas às margens do Rio Ubá se preocupavam com suas fazendas, Antônio Januário Carneiro idealizou fundar uma povoação. Seu primeiro passo foi liderar um movimento para assinar a petição requerendo o alvará para a construção da igreja, a qual deveria ser provida de parâmetros para que pudesse ser consagrada ao seu orago (santo de invocação que dá nome à capela).

Para promover esta povoação, o capitão Mor trouxe todos os operários necessários para a construção da igreja, dando-lhes pequenas glebas de terras, moradia e alimentos, enquanto não pudesse ter abastecimento próprio pelo cultivo da terra. Foi também por seu intermédio que dezenas de famílias vieram em princípio do século XIX, para o povoado que estava se formando, como os Vieira de Andrade, Faria Alvim, Ferreira Valente, Martins Pacheco e outros mais.

A capela foi construída sob a devoção de São Januário. Com seu crescimento, o arraial foi elevado à paróquia de São Januário de Ubá, em 1841. O desenvolvimento do povoado se deu gradativamente ao redor da paróquia e em direção à estrada que levaria à Guarapiranga, onde

foram edificadas as primeiras residências em sapé. Esse povoado recebeu o nome de São Januário de Ubá. Devido ao desenvolvimento da paróquia e das atividades dos habitantes, principalmente a cultura do café, em 1854 o povoado recebeu o foro de vila e, em 1857, foi elevada à categoria de cidade com o nome de Ubá.

Nesse período colonial, a terra tinha pouco valor, pois tudo estava por fazer e o produto primário era o grande objetivo da transformação, tornando a mão-de-obra do campo a principal fonte de renda. O escravo tornou-se peça fundamental para o desenvolvimento agrícola da região, chegando a valer, nessa época, mais do que 30 alqueires de terra.

Somente após 1810 houve incentivo ao tráfico de escravos que, com sua capacidade de cultura à terra e seu adestramento nos trabalhos da Casa Grande, contribuíram bastante para a economia cafeeira de Ubá.

A chegada dos imigrantes italianos proporcionou um aumento nas diversas culturas, principalmente na fumageira. A imigração ocorreu em duas épocas distintas e procedências diferentes.

A primeira fase correspondeu ao ingresso de imigrantes provenientes do sul da Itália que traziam como vantagem suas variadas profissões: artesãos, alfaiates, comerciantes, operários, ferreiros, caldeireiros e marceneiros. Contudo, não eram agricultores, mas colaboravam, para a melhoria da cidade de Ubá, que na época não contava com luz, calçamento, saneamento básico, como todas as demais cidades da Zona da Mata.

A segunda fase correspondeu à chegada de imigrantes provenientes do norte da Itália, que chegaram aqui somente após a abolição da escravatura, em 1888. Ao contrário dos primeiros, esses eram camponeses organizados e disciplinados que vieram substituir o trabalho escravo, dando a Ubá um novo impulso econômico.

Os imigrantes tiveram importante participação na evolução do município sob aspectos políticos, econômicos e sociais, tendo sido um dos poucos municípios do estado onde os italianos permaneceram após a crise agrícola no país, com a queda do preço do café. Nesta época houve grande fuga dos colonos, principalmente italianos, que saíam do estado de Minas Gerais em direção ao estado de São Paulo.

Aproveitando a baixa geral dos imóveis, adquiriram grandes extensões de terra. Compravam fazendas e subdividiam-nas em várias propriedades, fato que gerou grande atração aos colonos vindos de outras regiões.

Hoje, o município de Ubá é um dos maiores do país, devido a esta grande subdivisão de terras. A partir dessa característica de parcelamento do solo, desaparece o latifúndio e, com ele, a monocultura do café, dando lugar à policultura do fumo, cereais, cebola, batata, pimentões, tomates, entre outros. Houve, em consequência, um decréscimo no setor agrícola da economia. Mais recentemente, o setor secundário, principalmente a indústria moveleira, passou a ser a atividade econômica mais importante de Ubá.

3.1.2 Evolução - Formação Administrativa

- Distrito criado, com a denominação de Arraial de São Januário do Ubá, pela Lei Provincial n.º 209, de 03-04-1841, e pela Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891.
- Elevado à categoria de vila, com a denominação de Arraial de São Januário de Ubá, pela Lei Provincial n.º 654, de 17-06-1853. Sede na vila de São João Batista do Presídio. Instalado em 12-05-1854.
- Pela Lei Provincial n.º 758, de 02-05-1856 e pela Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Santana do Sapé e anexado à vila Arraial de São Januário de Ubá.
- Pela Lei Provincial n.º 806, de 03-07-1857, a vila de Arraial de São Januário do Ubá passou a denominar-se Ubá.
- Pela Lei Provincial n.º 1.492, de 13-07-1868, é criado o distrito de São José do Paraopeba e anexado à vila de Ubá.
- Pela Lei Provincial n.º 1573, de 22-07-1868, a vila de Ubá foi extinta, sendo seu território anexado ao município de Rio Branco.
- Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de Ubá, pela Lei n.º 1.755, de 30-03-1871, sendo desmembrado de Rio Branco. Sede no atual distrito de São Januário. Constituído do distrito sede.
- Elevado à condição de cidade, com a denominação de Ubá, pela Lei Provincial n.º 806, de 03-07-1875.
- Pela Lei Provincial n.º 2.500, de 12-11-1878, o distrito de São José do Paraopeba tomou o nome de São José do Tocantins.
- Pela Lei Provincial n.º 3.442, de 28-09-1887, é criado o distrito de Santo Antônio das Marianas e anexado ao município de Ubá.

- Pela Lei Estadual n.º 556, de 30-08-1911, foram criados os distritos de Divino e São Sebastião da Boa Esperança do Rodeiro e anexados ao município de Ubá.
- Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município aparece constituído de 7 distritos: Ubá, Boa Esperança, Divino, São Sebastião da Boa Esperança do Rodeiro, Santana de Sapé, Santo Antônio das Marianas e São José de Tocantins.
- Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920, o município é constituído de 6 distritos: Ubá, Divino, São Sebastião da Boa Esperança do Rodeiro, Santana de Sapé, Santo Antônio das Marianas e São José de Tocantins, não figurando o distrito de Boa Esperança.
- Pela Lei Estadual n.º 843, de 07-09-1923, o município sofreu as seguintes modificações: o distrito de Divino tomou o nome de Divino de Ubá; São Sebastião da Boa Esperança do Rodeiro teve o topônimo alterado para Rodeiro; Santana do Sapé tomou a denominação de Sapé; São José do Tocantins tomou a denominação de Tocantins e Santo Antônio das Marianas passou a chamar-se Tuiutinga, sendo transferido do município de Ubá para o de Rio Branco. Ainda, Ubá adquiriu do município de Piranga o distrito de Conceição do Turvo.
- Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o município é constituído de 6 distritos: Ubá, Conceição do Turvo, Divino de Ubá, Rodeiro, Sapé e Tocantins. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.
- Pelo Decreto-lei Estadual n.º 148, de 17-12-1938, é desmembrado do município de Ubá o distrito de Conceição do Turvo, elevado à categoria de município com a denominação de Senador Firmino.
- No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de 5 distritos: Ubá, Divino de Ubá, Rodeiro, Sapé e Tocantins.
- Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.058, de 31-12-1943, o distrito de Sapé tomou o nome de Guidoal.
- No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948, o município é constituído de 5 distritos: Ubá, Divino de Ubá, Guidoal, Rodeiro e Tocantins.
- A Lei n.º 336, de 27-12-1948, desmembra do município de Ubá os distritos de Guidoal e Tocantins, elevando-os à categoria de município. Pela mesma Lei é criado o distrito de Ubarí (ex-povoado de Convento), com terras desmembradas dos distritos de Ubá e Divino de Ubá, e anexado ao município de Ubá.
- Em divisão territorial datada de 1-VII-1950 o município é constituído de 4 distritos: Ubá, Divino de Ubá, Rodeiro e Ubarí.

- Pela Lei n.º 1.039, de 12-12-1953, é criado o distrito de Diamante de Ubá (ex-povoado de Diamante), com terras desmembradas do distrito de Rodeiro, e anexado ao município de Ubá.
- Em divisão territorial datada de 1-VII-1955 o município é constituído de 5 distritos: Ubá, Diamante de Ubá, Divino de Ubá, Rodeiro e Ubarí. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.
- A Lei Estadual n.º 2.764, de 30-12-1962, desmembra do município de Ubá os distritos de Rodeiro e Divino de Ubá elevando-os à categoria de município.
- Em divisão territorial datada de 3-IX-1963 o município é constituído de 3 distritos: Ubá, Diamante de Ubá e Ubarí. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-I-1979.
- Pela Lei Estadual n.º 8.285, de 08-10-1982, é criado o distrito de Miragaia e anexado ao município Ubá.
- Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 4 distritos: Ubá, Diamante de Ubá, Miragaia e Ubarí. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

3.1.3 Infraestrutura

Ubá está dotada de completa infraestrutura básica, como transporte público, energia elétrica, água, esgoto, telecomunicações e assistência social.

A cidade conta com agências dos principais bancos sediados no Brasil (Banco do Brasil, Banco Santander, Caixa Econômica Federal, Banco Itaú, Banco Bradesco, HSBC, Sicoob Credimur).

No setor de Comunicações a cidade conta com Rádio AM (Rádio Ubaense e Educadora), Rádio FM (Rádio Líder e Educadora); Estações de televisão (TV Um – Canal 6 – Rede Minas); 5 jornais de circulação e produção local (Jornais: A Folha, Gazeta Regional, A Voz, Informativo Cidade Carinho, O Noticiário), 4 jornais de circulação nacional (Estadão, Folha de São Paulo, O Globo, Valor Econômico), 2 jornais de circulação estadual (Estado de Minas, O Tempo), 1 jornal de circulação regional (Tribuna de Juiz de Fora); 4 revistas de produção local (Fato, Rayka, IN e Soluções); Caderno 30 e o Portal Ubá mais. O meio de comunicação do público ubaense mais utilizado com maior frequência: 97,6% TV, 83,7% rádio, 67,4% jornal, 64% internet e 63% revista.

Na área de Saúde conta com 05(cinco) hospitais (A.B.C. - Hospital Santa Isabel, Hospital São Vicente de Paulo, Hospital Regional da FHEMIG - Colônia Padre Damião, Hospital São Januário, Hospital do Núcleo Regional de Voluntários de Combate ao Câncer; SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Microrregional); 19 PSF (Programa de Saúde da Família),

hoje denominado de ESF (Estratégia de Saúde e Família) devido ao fato de ter deixado de ser um programa e passado a fazer parte das políticas públicas do município; sendo 17 na zona urbana e 2 na zona rural (uma delas composta por 6 unidades de apoio). Cada equipe mínima do ESF é formada por um médico, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem e de 4 a 8 agentes comunitários de saúde de acordo com a área atendida.

A atuação na área de Cultura, Turismo e Lazer no município de Ubá acontece através do Centro Experimental de Artes abriga diversas oficinas artísticas, como Dança do Ventre, Hip Hop, Dança de Salão, Violão, Violino, Flauta, Canto Coral e Formação de Banda de Música. Essas atividades têm contribuído para desenvolver o talento de nossas crianças e adolescentes, além de cumprir seu papel social de tirar a juventude da ociosidade e de caminhos tortuosos; da Biblioteca Pública possui um vasto acervo de livros, sendo um importante meio de disseminar a cultura junto a população Ubaense. Há ainda o projeto “A Hora do Conto”, que reúne alunos de escolas municipais, estaduais e particulares, para uma divertida atividade de contação de histórias, enriquecendo o pensamento, a atenção, o gosto literário, a ampliação do vocabulário e principalmente o interesse pela leitura; do Arquivo Histórico tem papel fundamental em manter viva a memória cultural do município, atuando na recuperação e preservação de documentos e materiais que fazem parte de nosso Patrimônio Histórico e do CEUS (Centro de Artes e Esportes Unificados) é uma parceria entre a Prefeitura de Ubá e o Governo Federal, que levará à população Ubaense atividades e serviços culturais; práticas esportivas e de lazer; formação e qualificação para o mercado de trabalho; serviços assistenciais; políticas de prevenção a violência e inclusão digital.

Em relação à área da Educação, o município acabou se firmando como um centro universitário, que se encontra em pleno crescimento. Uma das principais Universidades públicas do estado tem um campus em Ubá. A UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais) oferta 3 cursos de graduação na cidade, destacando-se o curso de Design de Produto, implantado para atender à demanda do pólo moveleiro local. Também são ofertados os cursos de Química e Ciências Biológicas. Outra instituição de atuação na cidade é a FUPAC (Fundação Presidente Antônio Carlos), que possui os cursos de Direito, Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia da Produção, Farmácia, Fisioterapia, Psicologia e Tecnologia em Gestão Ambiental. Já a FAGOC (Faculdade Governador Ozanam Coelho) é uma instituição de ensino superior originária da cidade. Oferece em seu campus 8 cursos de Graduação - Direito, Administração, Ciência da Computação, Ciência Contábeis, Educação Física (bacharelado e licenciatura), Comunicação Social, Psicologia, Medicina e Técnico em

Enfermagem, além de 10 cursos de pós-graduação lato sensu. Existem ainda outras faculdades na cidade, voltadas para especialização ou cursos à distância. A cidade neste ano de 2015 firmou parceria para a implantação de um pólo avançado do Instituto Federal de Tecnologia (IFET).

No atendimento à Educação Básica, de acordo com o IBGE/Censo 2012, Ubá conta com 39 (trinta e nove) escolas de ensino fundamental, sendo 17 (dezesete) pública estadual, 13 (treze) pública municipal e 9 (nove) privada; 11 (onze) escolas de ensino médio, sendo 6 (seis) pública estadual, 5 (cinco) privada, 27 (vinte e sete) escolas de ensino pré-escolar, sendo 16 (dezesesseis) pública municipal, 11 (onze) privada. No ano de 2015 foram inauguradas 3 creches municipais.

3.1.4 Símbolos de Ubá

De acordo com o capítulo I, artigo 1º, da lei nº 1010, de 18 de abril de 1974, são símbolos do Município de Ubá:

- **Hino a Ubá - LEI N.º 2.937, de 06/12/99 – Composto em 1965**
Letra e música: Marum Alexander

Ubaense, sempre avante!
Sempre alerta e vigilante!
À terra o nosso amor,
Todo o sangue, todo o ardor!

Marchemos à vitória,
Batalhando para a glória,
A exemplo de ubaenses
Que entraram na História.

Tu és da Mata ? Princesa,
Teu céu é sempre cor de anil,
Teu solo é tua riqueza,
Engrandecendo o Brasil.

Democracia é o lema!
Nosso ideal ? de bem servir!
Nossa bandeira ? de luta!...
E a esperança do porvir.

Ó Ubá, berço amado,
Fonte de terna união,
Por ti havemos lutado
Com tão sublime devoção!

Pelo muito que nos deste,
Cidade que é nosso ninho,
Teu povo, incontestado,
Jamais te negará carinho.

E à Pátria demonstrado
Servi-la, com afeição,
Pois a ela temos dado
Todo o nosso coração.

Irmanados nesta terra
Vivemos com fervor,
Pois teu nome bem encerra:
"União, Bondade, Amor"!

- **Bandeira de Ubá**

A Bandeira Municipal de Ubá, de autoria do heraldista Prof. Arcinoé Antônio Peixoto de Faria, da Enciclopédia Heráldica Municipalista, será esquartelada em cruz, sendo os Quartéis da

Tralha Azuis e os da Ponta Vermelhos com seis módulos e meio de altura por sete módulos de comprimento cada um, separados entre si por dois braços da cruz, brancos, com um módulo de largura e o corpo central da mesma com seis módulos de largura, tendo em abismo aplicado o Brasão Municipal. De conformidade com a tradição da heráldica portuguesa, da qual herdamos os cânones e regras, as bandeiras municipais podem ser oitavadas, sextavadas, esquarteladas ou terciadas, tendo por cores as mesmas constantes do campo do escudo e ostentando ao centro ou na tralha uma figura geométrica onde o Brasão Municipal é aplicado.

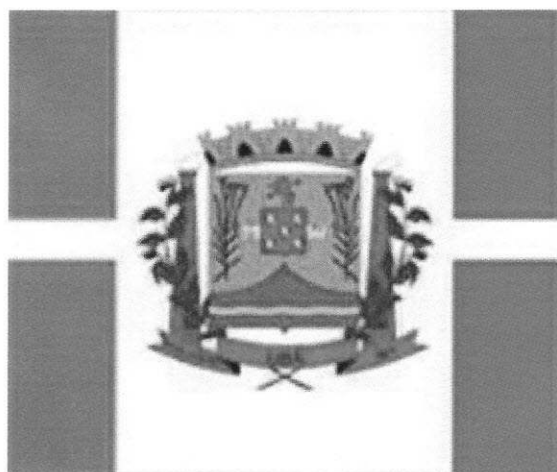


Figura 6 - Bandeira do município de Ubá
Fonte: Prefeitura Municipal de Ubá

A Bandeira Municipal de Ubá, obedece à essa regra geral, sendo esquartelada em cruz, lembrando nesse simbolismo o espírito cristão de seu povo à disposição dos quartéis formados pela cruz, sendo azuis na tralha e vermelhos na ponta e branco no corpo central da cruz, lembram a Bandeira Francesa, em que se pretende homenagear o vulto do Coronel Guido Thomaz Marliere, oficial francês que comandou o regimento de milícias e que foi encarregado da civilização dos índios da região (croatas e cropós).

O Brasão, aplicado na Bandeira representa o Governo Municipal e o corpo central da cruz, branco, onde é contido, representa a própria Cidade- Sede do Município- a cor branca é símbolo de paz, amizade, trabalho, prosperidade, pureza, religiosidade. Os braços da cruz, que esquartelam a bandeira, representam a irradiação do Poder Municipal que se expande a todos os quadrantes de seu território e os quartéis assim constituídos, de azul na tralha e vermelho na ponta representam as Propriedades Rurais existentes no território municipal- o azul é símbolo de justiça, nobreza, perseverança, zelo e lealdade e o vermelho simboliza o amor- pátrio, dedicação, audácia, intrepidez, coragem, valentia. De conformidade com as regras heráldicas a Bandeira Municipal terá as dimensões oficiais adotadas para a Bandeira Nacional, levando-se em

consideração 14 (quatorze) módulos de altura de tralha por 20 (vinte) módulos de comprimento de retângulo.

- **Brasão de Armas de Ubá**

De autoria do heraldista Prof. Arcinoé Antônio Peixoto de Faria, da Enciclopédia Heráldica Municipalista, é descrito em termos próprios da seguinte forma:

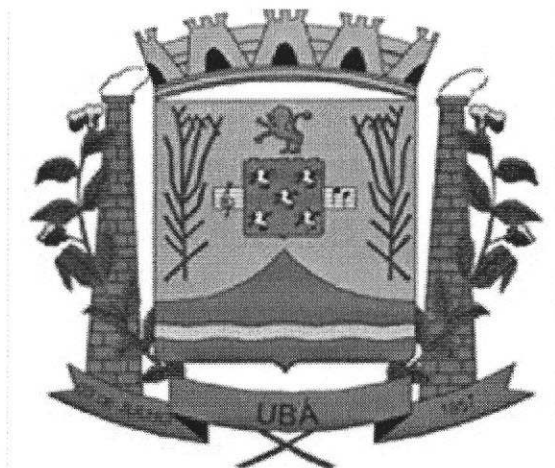


Figura 7 - Brasão de armas do município de Ubá
Fonte: Prefeitura Municipal de Ubá

Escudo Somnítico encimado pela Corda Mural de Oito Torres, de argente, Em campo de argente, posto em abismo, um escudete de góles com cinco leões rompantes de Argente postos em aspas e timbrado de um leão da cor do campo, brocante sobre pautas musicais de sable, ladeado por duas hastes de cana "Ubá" ao natural.

Ao termo, um terrado endentado de bláu, cortado de uma faixa ondata de argente. Como apoios do Escudo duas hastes de fumo ao natural, brocantes sobre chaminés fumegantes de góles e entrecruzadas em ponta, sobe s quais se sobrepõe um listel de góles que serve de apoio às chaminés, onde se inscreve, em letras argentinas o topônimo "Ubá", ladeado pela data "3 de julho de 1857".

3.2 Aspectos Demográficos

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,79% ao ano, passando de 85.001 para 101.519 habitantes. Essa taxa foi superior àquela

registrada no Estado, que ficou em 0,93 % ao ano e superior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

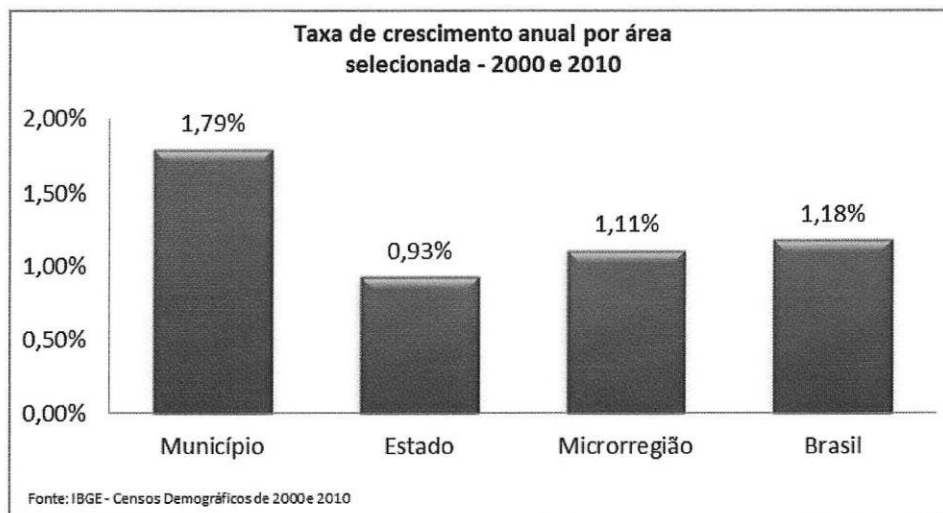


Gráfico 1: Taxa de crescimento anual
Fonte: IBGE

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 90,14% e em 2010 a passou a representar 96,18% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,5% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 9,2% da população, já em 2010 detinha 10,9% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -0,3% ao ano. Crianças e jovens detinham 27,0% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 22.979 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 21,9% da população, totalizando 22.234 habitantes.

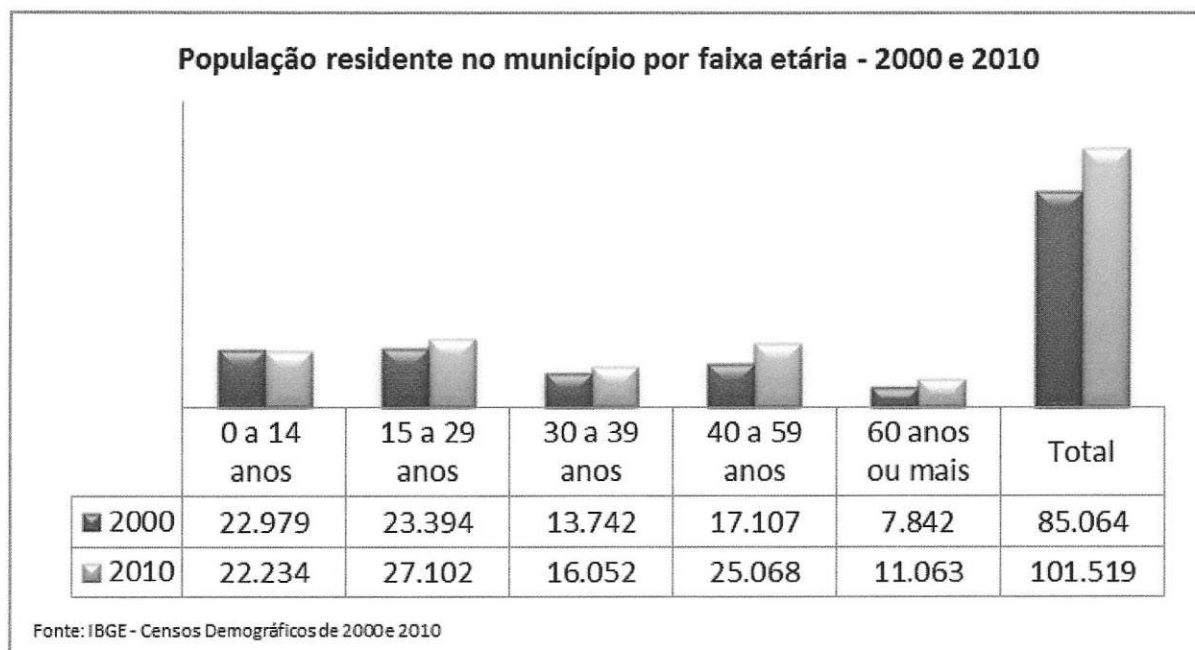


Gráfico 2: População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010
Fonte: IBGE

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 2,32% ao ano), passando de 54.243 habitantes em 2000 para 68.222 em 2010. Em 2010, este grupo representava 67,2% da população do município.

3.3 Aspectos Sociais

3.3.1 Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 101.519 residentes, dos quais 1.561 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 1,5% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 111 (7,1%) viviam no meio rural e 1.449 (92,9%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 9.151 famílias registradas

no Cadastro Único e 4.383 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (47,90% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:

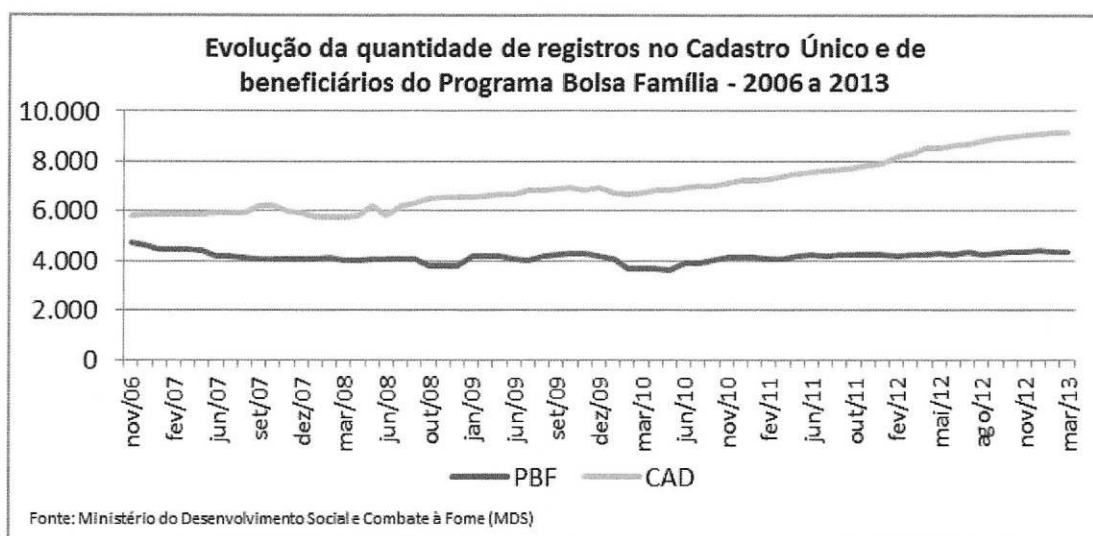


Gráfico 3: Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e de beneficiários do Programa Bolsa Família – 2006 e 2013
Fonte: IBGE

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 176 famílias em situação de extrema pobreza.

3.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Ubá é 0,724, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,841, seguida de Renda, com índice de 0,727, e de Educação, com índice de 0,620.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Ubá - MG			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,296	0,482	0,620
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	24,70	34,86	50,29
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	53,60	84,14	96,84
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	41,96	69,86	85,90
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	21,89	45,69	56,03
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	12,02	27,30	36,62
IDHM Longevidade	0,733	0,767	0,841
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,97	70,99	75,45
IDHM Renda	0,598	0,670	0,727
Renda per capita (em R\$)	330,38	517,54	739,56

Quadro 3: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Ubá - MG
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

- **Evolução**

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,628 em 2000 para 0,724 em 2010 - uma taxa de crescimento de 15,29%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 74,19% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,138), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,506 em 1991 para 0,628 em 2000 - uma taxa de crescimento de 24,11%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 75,30% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,186), seguida por Renda e por Longevidade.

Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,506, em 1991, para 0,724, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 43,08% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 55,87% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com

crescimento de 0,324), seguida por Renda e por Longevidade. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Ubá ocupa a 1191^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

3.4 Aspectos Econômicos

3.4.1 Produção

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 55,6%, passando de R\$ 699,3 milhões para R\$ 1.088,3 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 49,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,36% para 0,38% no período de 2005 a 2010.

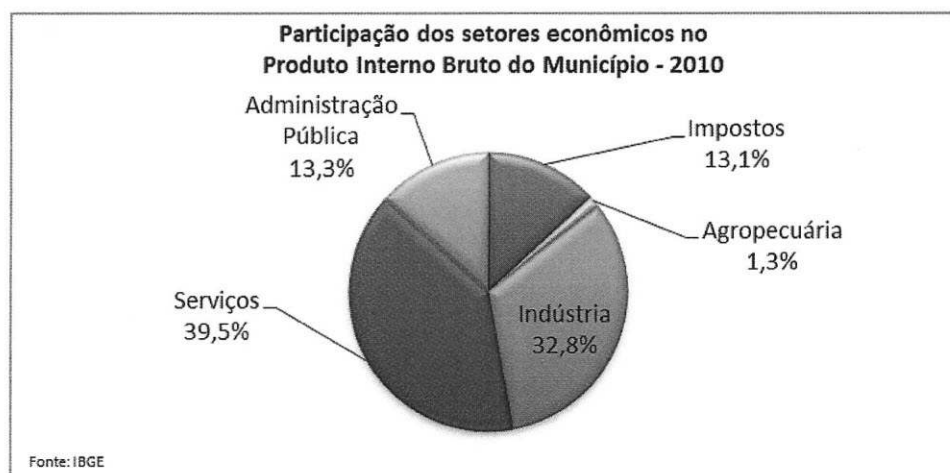


Gráfico 4: Participação dos setores econômicos no PIB - 2010
Fonte: IBGE

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 55,5% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 30,4% em 2010, contra 27,8% em 2005. Variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial decresceu de 27,8% em 2005 para 26,4% em 2010.

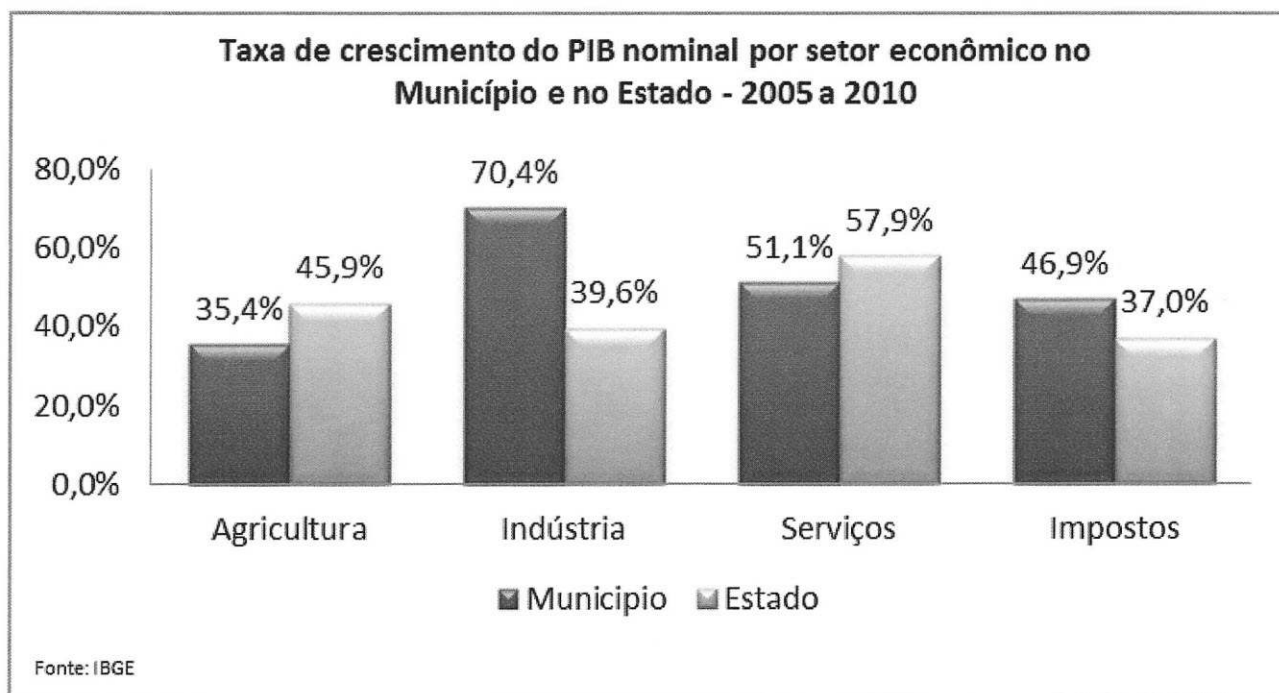


Gráfico 5: Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e Estado – 2005 e 2010
Fonte: IBGE

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:

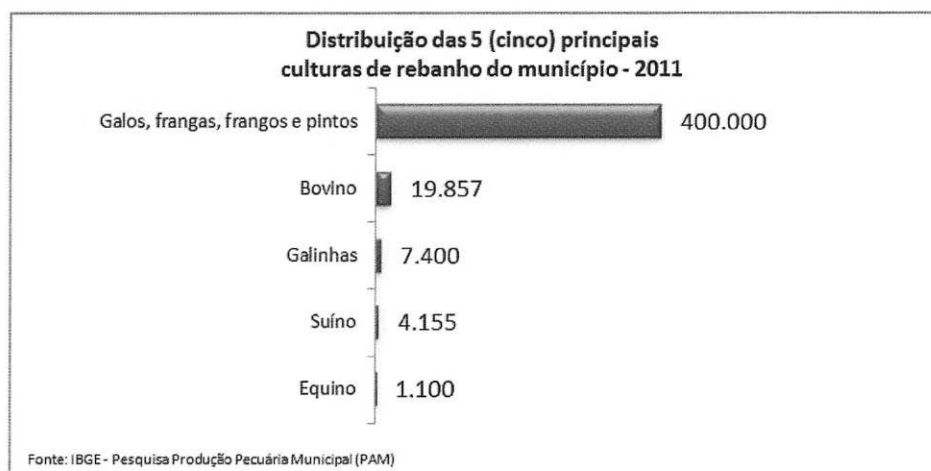
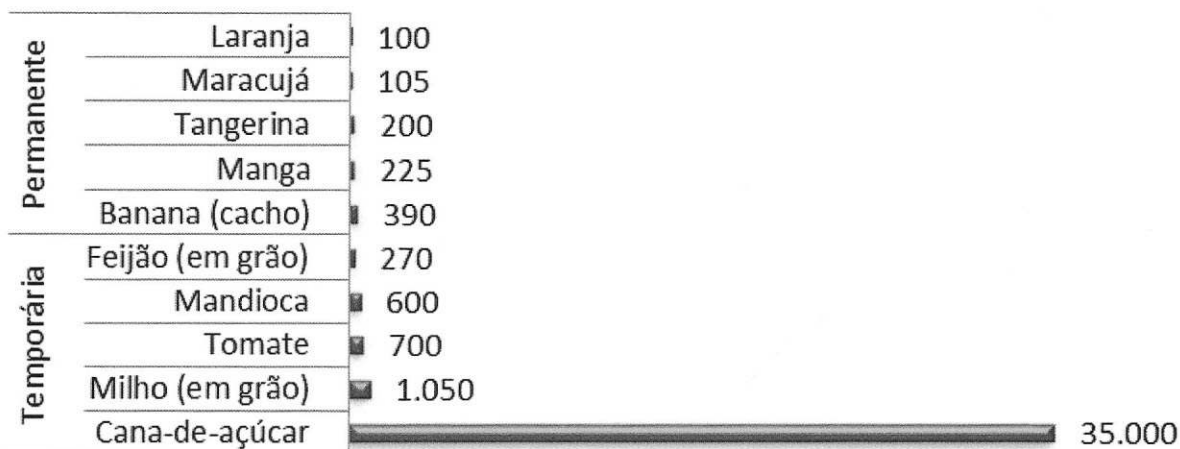


Gráfico 6: Participação dos setores econômicos no PIB - 2010
Fonte: IBGE

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:

Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) - 2011



Fonte: IBGE - Pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM)

Gráfico 7: Distribuição das 5 principais culturas de agricultura do município - 2011
Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM)

3.4.2 Mercado de Trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 51.097 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 49.011 estavam ocupadas e 2.086 desocupadas. A taxa de participação ficou em 58,2% e a taxa de desocupação municipal foi de 4,1%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:

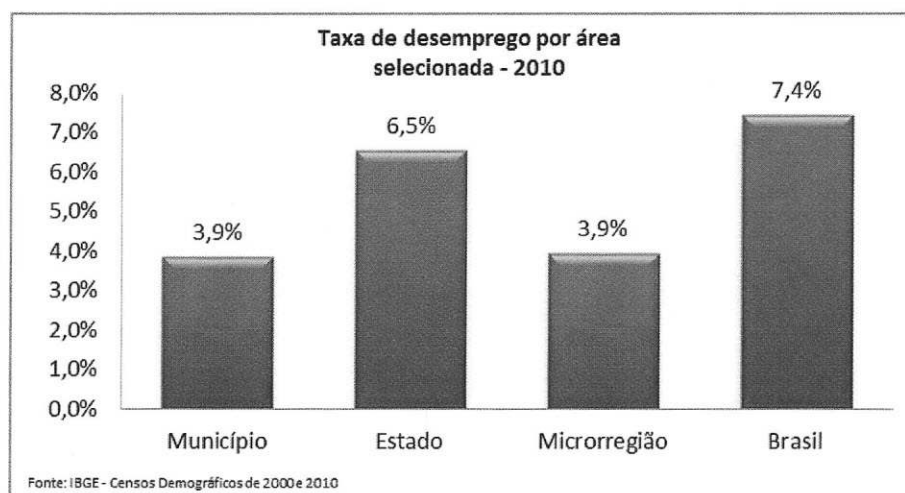


Gráfico 8: Taxa de desemprego por área selecionada - 2010
Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 58,7% tinham carteira assinada, 15,7% não tinham carteira assinada, 17,6% atuam por conta própria e 2,3% de empregadores. Servidores públicos representavam 4,5% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 1,2% dos ocupados.

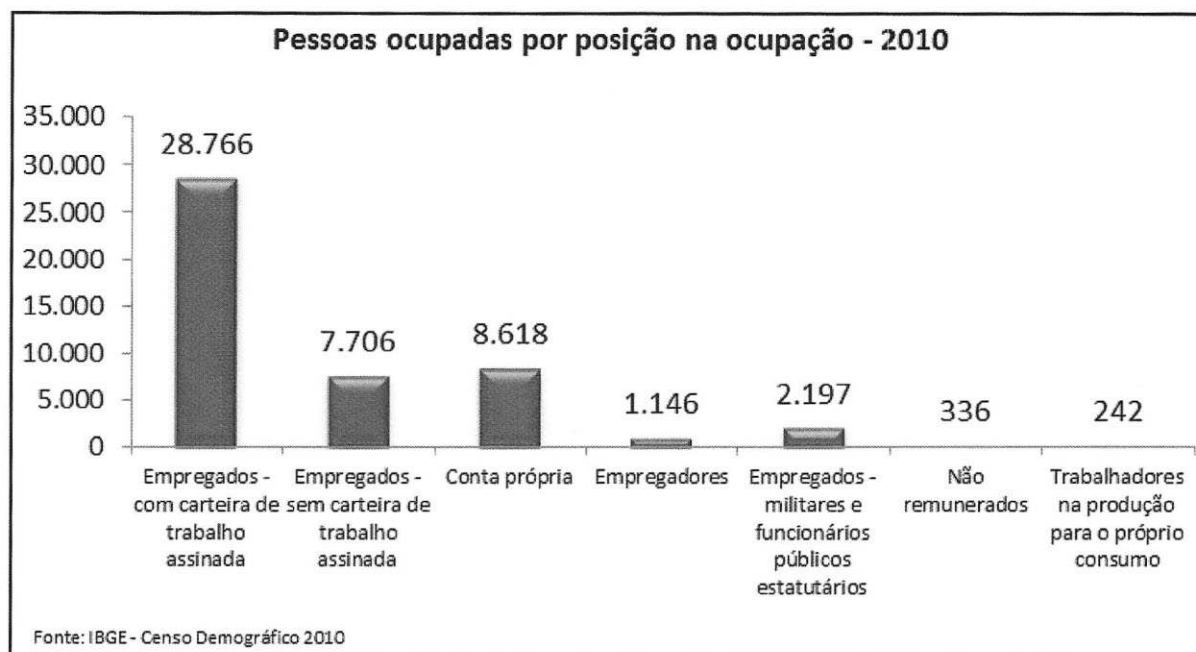


Gráfico 9: Pessoas ocupadas por posição na ocupação - 2010
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Das pessoas ocupadas, 1,4% não tinham rendimentos e 36,7% ganhavam até um salário mínimo por mês.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 1.134,06. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.295,00 e entre as mulheres de R\$ 942,77, apontando uma diferença de 37,36% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por oito anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 9.434. No último ano, as admissões registraram 13.971 contratações, contra 13.501 demissões.

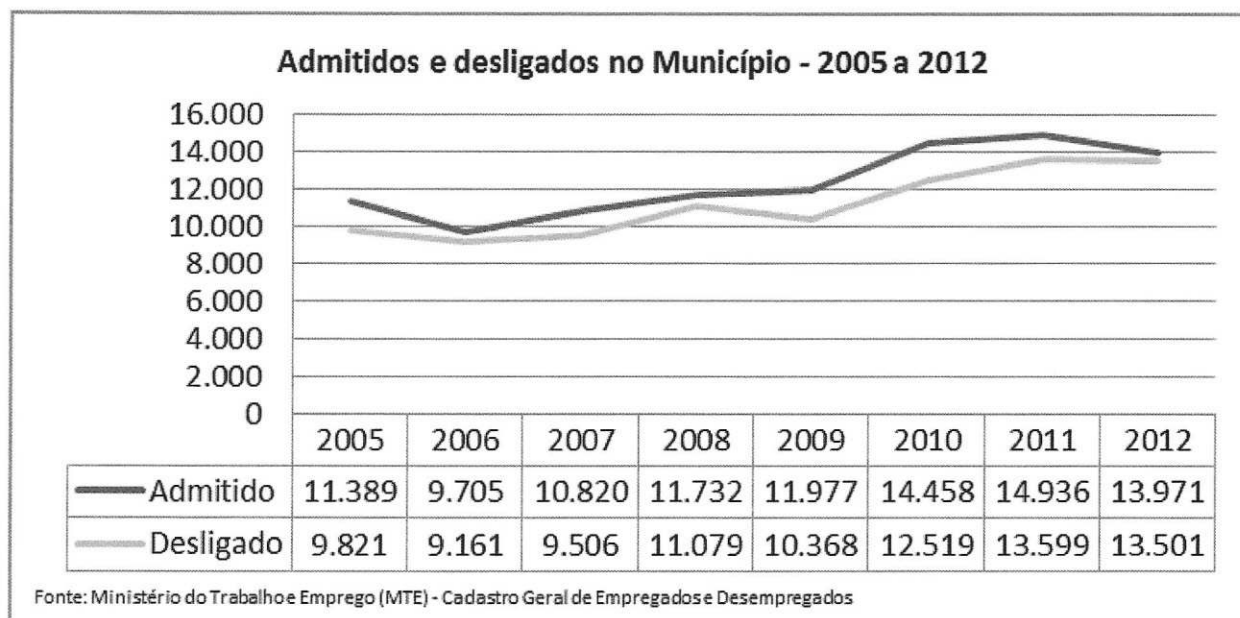


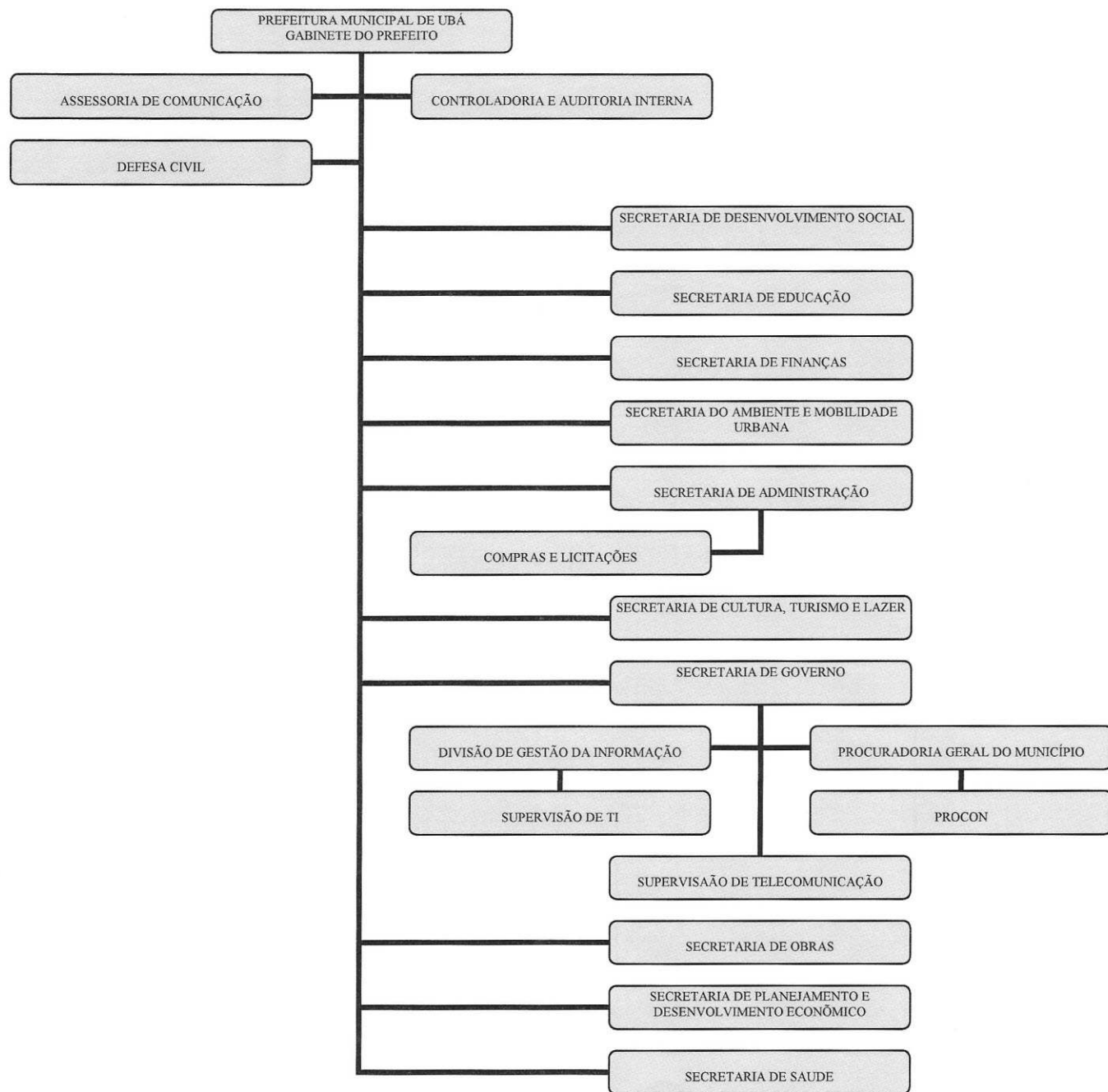
Gráfico 10: Admitidos e desligados no Município – 2005 a 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 26.041 postos, 46,0% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

3.5 Administração Pública

3.5.1 Estrutura



3.5.2 Capacidade Técnica

A Administração Municipal conta com 1.452 servidores, entre os quais 83,1% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município não realizou concurso público.

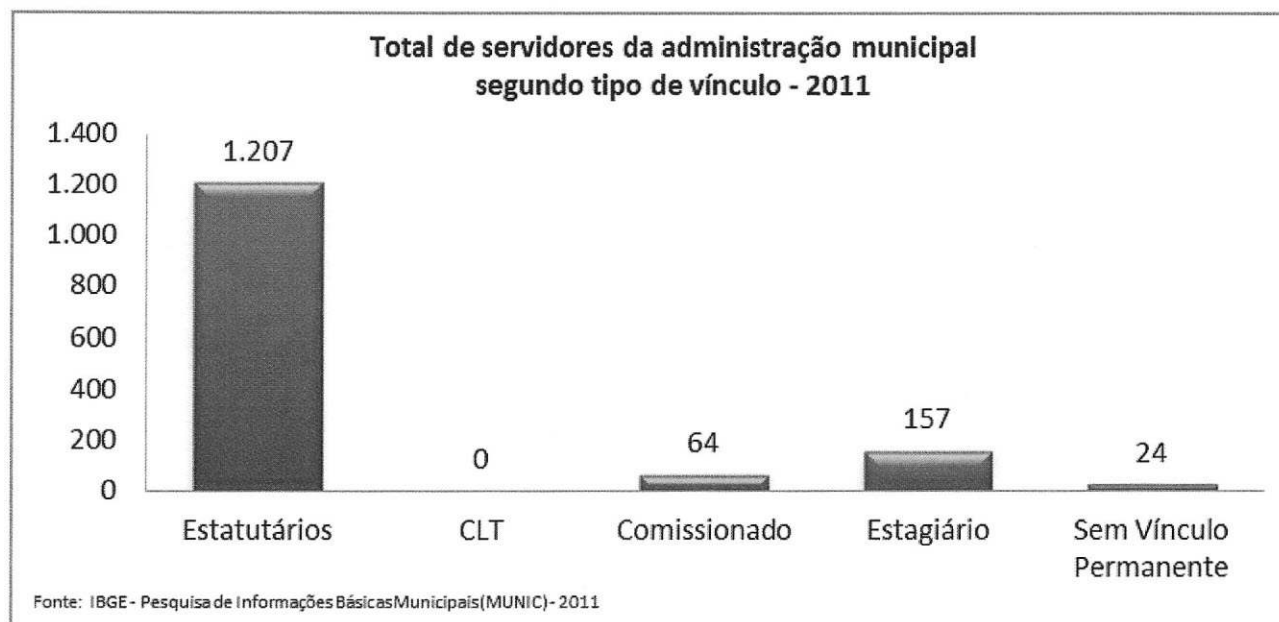


Gráfico 11: Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo- 2011

Fonte: IBGE – Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) - 2011

3.5.3 Finanças

A receita orçamentária do município passou de R\$ 48,1 milhões em 2005 para R\$ 84,2 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 74,9% no período ou 15,00% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 19,82% em 2005 para 26,85% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 24,48% para 23,71%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 29,31% da receita orçamentária em 2005 para 27,11% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 23,76% em 2011.

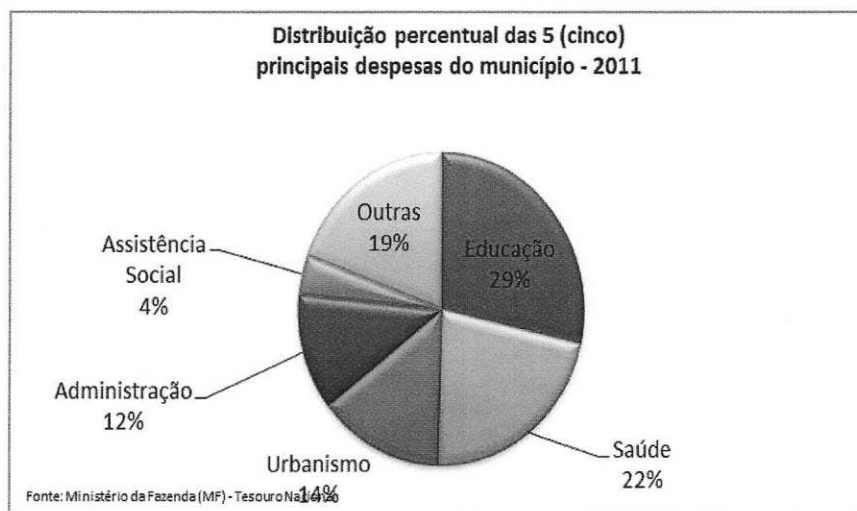


Gráfico 12: Distribuição percentual das 5 principais despesas do município - 2011
Fonte: Ministério da Fazenda (MF) – Tesouro Nacional

As despesas com saúde, educação, administração, encargos especiais e urbanismo foram responsáveis por 81,05% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 1,73% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,20%.

3.5.4 Planejamento

A prática do planejamento no município visa corrigir distorções administrativas, facilitar a gestão municipal, alterar condições indesejáveis para a comunidade local, remover empecilhos institucionais e assegurar a viabilização de propostas estratégicas, objetivos a serem atingidos e ações a serem trabalhadas.

O planejamento é, de fato, uma das funções clássicas da administração indispensável ao gestor municipal. Planejar a cidade é essencial, é o ponto de partida para uma gestão municipal efetiva diante da máquina pública, onde a qualidade do planejamento ditará os rumos para uma boa ou má gestão, com reflexos diretos no bem-estar dos cidadãos.

No planejamento existe também premente a preocupação com o comportamento das finanças do município, que estabelecem relações entre receitas, despesas e investimentos. Por outro lado, não podem ser esquecidas as variáveis socioambientais da cidade, que enfatiza a sustentabilidade urbana, o cenário de diversidade social que caracteriza a cidade e a importância de se priorizar a função social da propriedade.

A realização do planejamento é compatibilizada com regulamentos de ordem superior, tais como a própria Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Estatuto da Cidade, além

disso, o próprio governo federal brasileiro, por meio de editais públicos de financiamento de PDMs, têm imposto regras de realização desse tipo de plano de maneira bastante genérica para seus territórios.

4 PLANOS DE EDUCAÇÃO

4.1 Histórico do Plano Nacional de Educação

Com o lançamento do “Manifesto dos Pioneiros”, por volta de 1932, um grupo de homens e mulheres da elite intelectual, além de renomados educadores, destacaram a necessidade central de se elaborar um plano amplo e contextualizado visando promover e desenvolver a educação no País.

Esse movimento tomou ampla dimensão e repercussão tão forte que, dois anos depois, quando da elaboração da Constituição de 1934, o art. 150 explicitava como uma das competências da União “fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados” (Didonet, 2000, p.18).

As Constituições posteriores (1946, 1967, 1969 – Emenda Constitucional) mantiveram a necessidade do País ter um Plano de Educação, exceto a Constituição de 1937, que omitiu esse tema. No entanto, somente em 1962 foi elaborado um primeiro Plano Nacional de Educação - PNE, sob a vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024 de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos (Didonet, 2000, p.18).

Em 1965, o PNE sofreu uma primeira revisão, quando foram introduzidas algumas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais.

Em 1966, uma nova revisão, que se denominou de Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o mercado de trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos.

A idéia de uma lei propriamente dita ressurgiu em 1967, novamente proposta pelo Ministério da Educação e Cultura e discutida em quatro encontros nacionais de Planejamento, sem que a iniciativa chegasse a termos concretos.

No bojo da emergência do processo de redemocratização do país, surgiram vários movimentos sociais em defesa do direito à educação, reivindicando inclusive, a ação planejada do poder público. Todo esse processo político desaguou na Constituição de 1988. Por esse motivo, cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, a Constituição Federal de 1988, retomou a idéia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação. O art. 214 da CF contempla esta obrigatoriedade.

“A lei estabelecerá que o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do poder público a conduzam à:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do país.”

Nos anos seguintes, iniciam-se as discussões sobre as novas diretrizes e bases da educação nacional que duraram cerca de oito anos, culminando na nova LDB (Lei nº 9.394/96).

Por outro lado, no mês de março de 1990, foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, promovida pela Unesco, com uma grande quantidade de entidades internacionais participando do evento, que tinha o objetivo de erradicar o analfabetismo e universalizar a educação obrigatória (Didonet, 2000, p. 19).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Marco de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem foram aprovados e constituem documentos de compromissos dos países signatários, entre eles o Brasil (Didonet, 2000, p.19).

Ainda na década de 90, precisamente nos anos de 1993 e 1994, o Ministério da Educação, em parceria com o Unicef e a Unesco, coordenou um movimento voltado para a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos. Alguns processos, denominados ascendentes, geraram planos municipais, estaduais e, finalmente, um plano nacional.

A Lei nº 9.394, de 1996, que “estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, determina nos arts. 9º e 87, respectivamente, que cabe à União a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação. Estabelece, ainda, que a União encaminhe o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

A LDB explicita então:

“Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei”.

§1º “A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos”.

Em 10 de fevereiro de 1998, o deputado Ivan Valente apresentou no Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.155/98 que “apresenta o Plano Nacional de Educação”.

A construção desse plano atendeu aos compromissos assumidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública – desde sua participação nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, consolidou os trabalhos do I e do II Congresso Nacional de Educação – Coned e sistematizou as contribuições advindas de diferentes segmentos da sociedade civil.

“Na justificção, destaca-se, a importância desse documento referência que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária” (Didonet, 2000, p. 33).

Um segundo projeto de lei, encaminhado pelo Poder Executivo e elaborado pelo Ministério da Educação após consulta a várias entidades educacionais e realização de seminários regionais de estudos para coleta de sugestões, foi protocolado na Câmara dos Deputados, sob o nº 4.173/98.

Em 13 de março de 1998, o PL nº 4.173 foi anexado ao de nº 4.155, que tinha precedência por ter sido protocolado antes. Num processo único, foram distribuídos às comissões da Câmara dos Deputados para estudos e tramitação legislativa.

No final dos estudos e debates, o relator do Projeto de Lei optou em apresentar um substitutivo, em setembro de 1999, que foi entregue aos membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto para análise. Como resultado do recebimento de sugestões, uma nova versão foi apresentada à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em 09 de novembro de 1999, e aprovada no dia 30 do mesmo mês. Em abril de 2000, foi aprovado requerimento de urgência ao Projeto do PNE, conduzindo-o ao plenário da Câmara dos Deputados, deixando de tramitar nas duas comissões restantes (de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação).

O Parecer dos relatores dessas comissões seria dado em plenário. Em 23 de maio, a Sessão Plenária foi transformada em Comissão Geral com a finalidade de realizar um amplo debate do Projeto, com especialistas e dirigentes de entidades da educação.

Finalmente, o substitutivo da Comissão de Educação e Desporto ao PL nº 4.155 foi aprovado, com duas emendas incorporadas ao texto, e encaminhado ao Senado que aprovou na íntegra o Projeto de Lei que institui o PNE e seu anexo. Estava assim aprovado o Plano Nacional de Educação.

Em janeiro de 2001, o Presidente da República sancionou a lei que instituiu o Plano Nacional de Educação, com vetos a nove metas, sendo a maioria dos vetos sobre os recursos financeiros e três deles referem-se especialmente ao capítulo do financiamento da educação.

Os vetos implicaram no comprometimento da viabilização das metas e diretrizes explicitadas no plano, pois não se tem um indicador de prioridade conferida à educação; não permite comparações internacionais, isso no caso do “percentual de gastos públicos com educação em relação ao PIB”; não permitiu às três esferas governamentais a definição de parâmetros acerca do valor correspondente ao padrão mínimo de qualidade, no caso de “orientar os orçamentos nas três esferas, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais”, entre outras restrições.

É importante ressaltar que o PME constitui uma peça de planejamento prevista na constituição, tanto quanto o Plano Plurianual – PPA. Entretanto, a compatibilização deve ser feita com prevalência do PME, uma vez que seu prazo de vigência é maior. Em âmbito nacional a própria Lei nº 10.172/01 prevê que os PPAs dêem suporte às metas do PNE.

Recentemente, a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, aprova o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

4.2 Histórico do Plano Municipal de Educação

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 teve como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais.

O PNE é um documento norteador para a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), com vigência de dez anos, apresentou um diagnóstico e estabeleceu diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e a valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação.

Essa abordagem foi direcionada para os seguintes temas:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental;
- Ensino Médio;
- Educação Superior;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação à Distância e Tecnologias Educacionais;
- Educação Especial;
- Educação Indígena;
- Magistério da Educação Básica;
- Financiamento e Gestão.

Os Planos Estaduais devem estar em consonância com o Plano Nacional e os Planos Municipais devem também estar coerentes com o Plano do respectivo Estado. Os três documentos formam

um conjunto integrado e articulado. Integrados principalmente quanto aos objetivos, às prioridades, diretrizes e metas estabelecidas. E também articulados nas ações, de forma que, na soma dos esforços das três esferas, de todos os Estados, Municípios, o Distrito Federal e mais a União, cheguem às metas estabelecidas.

Os trabalhos são coordenados em âmbito nacional, por uma coordenação em cada Estado e no Distrito Federal e por uma coordenação na área de cada Município, exercida pelos respectivos órgãos responsáveis pela Educação.

Em 2010, com base em um amplo diagnóstico da educação nacional, as expectativas da sociedade vocalizadas nas conferências como, por exemplo, a Conferência Nacional da Educação (CONAE), encontros e contribuições diversas recebidas durante longo processo de discussão e elaboração da proposta, o Ministério da Educação norteou a elaboração da proposta do PNE fundado nas seguintes premissas:

- a) Universalização da educação básica pública, por meio do acesso e permanência na instituição educacional;
- b) Expansão da oferta da educação superior, sobretudo a pública, por meio da ampliação do acesso e permanência na instituição educacional;
- c) Garantia de padrão de qualidade em todas as instituições de ensino, por meio do domínio de saberes, habilidades e atitudes necessários ao desenvolvimento do cidadão, bem como da oferta dos insumos próprios a cada nível, etapa e modalidade do ensino;
- d) Gratuidade do ensino para o estudante em qualquer nível, etapa ou modalidade da educação, nos estabelecimentos públicos oficiais;
- e) Gestão democrática da educação e controle social da educação;
- f) Respeito e atendimento às diversidades étnicas, religiosas, econômicas e culturais;
- g) Excelência na formação e na valorização dos profissionais da educação;
- h) Financiamento público das instituições públicas.

Na proposta do PNE 2011-2020 foram fixadas apenas vinte metas (um número bastante reduzido, comparado com o anterior) e se fizeram acompanhar das estratégias indispensáveis a sua concretização. A formulação de vinte metas multidimensionais acompanhadas das respectivas estratégias de implementação permitirá que a sociedade tenha clareza das reivindicações a serem opostas ao Poder Público.

A fim de que o PNE não redunde em uma carta de boas intenções incapaz de manter a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação, é preciso associar a cada uma das metas uma série de estratégias a serem implementadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em regime de colaboração. São as estratégias que orientam não apenas a atuação do Poder Público, mas, sobretudo, a mobilização da sociedade civil organizada.

Ao definir metas para 2020 (ou em período mais curto, em alguns casos), o Governo levou em conta as principais demandas da sociedade; os indicadores relativos ao patamar atual e as tendências de crescimento das diversas etapas e modalidades da educação; bem como uma projeção responsável de investimentos públicos em educação.

Attingir as metas expostas no Plano Nacional de Educação (PNE) é um desafio que demandará, além de um aprimoramento do regime de colaboração federativa e da efetiva participação da sociedade brasileira, mais investimentos públicos em educação.

Na última década o crescimento do investimento público em educação foi de 1,1 pontos percentuais. Ressalte-se, entretanto, que os avanços logrados no decorrer dos últimos anos: criação do Fundeb em substituição do Fundef, do Piso Nacional para o Magistério e a ampliação da obrigatoriedade da educação para 4 a 17 anos até 2016 somadas às novas metas do PNE demandarão mais que o crescimento do investimento público em relação ao PIB ocorrido na última década.

Os estudos demonstram a viabilidade das metas do PNE, fornecem as bases para o debate sobre os investimentos em educação e apontam que as políticas públicas educacionais em execução, somadas aos desafios propostos pelo novo Plano Nacional de Educação demandarão investimentos públicos graduais de modo que se atinja 7% do PIB em 2020.

Por esse motivo, as recomendações decorrentes do PNE, como plano de Estado, certamente balizam a elaboração dos Planos Municipais de Educação, sobretudo por intermédio de uma coordenação ampla que se efetive por meio do respeito à atuação da liderança; da garantia de participação da sociedade civil organizada; do atendimento dos objetivos da educação para todos; da definição de indicadores e, finalmente, pela garantia de esforços comuns na direção do desenvolvimento humano, pautados em um processo de planejamento amplo que considere as

necessidades educacionais da sociedade municipal por meio de prioridades em seus diferentes níveis e modalidades.

4.3 Histórico do Plano Municipal de Educação de Ubá

No município de Ubá o Plano Municipal Decenal de Educação foi construído de forma transparente e democrática, buscando atender a exigência da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, art.2º e a uma reivindicação histórica dos educadores e da sociedade civil organizada.

Em Ubá, formou-se uma comissão, por consenso da comunidade, designada pelo Prefeito Municipal que estruturou e delineou procedimentos necessários ao cumprimento dos objetivos. Houve participação de toda a população ubaense através de representantes das mais diversas instituições buscando viabilizar sob a égide da legitimidade e da legalidade, definição de diretrizes a cumprir, metas a alcançar, recursos a obter e projetos a executar, com o apoio da Administração Pública de Ubá.

Desta forma, com o apoio específico de todos os poderes públicos, municipais e estaduais, da 38ª Superintendência de Ensino de Ubá, e das Instituições Privadas, bem como da sociedade em geral, a equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação liderou a elaboração do Plano Municipal Decenal de Educação no ano de 2005.

Com a aprovação da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, mais uma vez o município de Ubá se mobiliza para a construção do novo Plano Municipal de Educação, objetivando a organização e o fortalecimento dos sistemas de ensino, de modo geral.

Através do conhecimento da legislação educacional e da realidade municipal, a partir de um mapeamento da situação socioeconômica, demográfica e, principalmente, educacional, a comissão designada pelo Prefeito Municipal de Ubá, munida de elementos, discutiu as ações e as prioridades eleitas que compõe o atual Plano Municipal de Educação (PME).

Da mesma forma que a versão anterior o processo de elaboração do PME foi conduzido de forma democrática e transparente, com a participação de todas as forças sociais, políticas e envolveu os poderes executivos, legislativo e a sociedade civil organizada, na perspectiva de garantir os direitos da população, preceituada pela Constituição Federal de 1988, em seus arts.

205 e 206 e incisos I a VII; na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96; e no Plano Nacional de Educação (PNE).

Ressalta-se que no processo de elaboração do PME foi necessário ultrapassar alguns obstáculos tais como: a falta de dados estatísticos disponíveis e precisos; escassez de tempo e limitação de pessoal, entre outros. No entanto, tais dificuldades foram facilmente superadas pela certeza de que o PME é um plano de Estado e não somente um plano de governo. A sua aprovação pelo poder legislativo, transformando-o em lei municipal sancionada pelo chefe do executivo, confere poder de ultrapassar diferentes gestões.

Nesse prisma, traz a superação de uma prática tão comum na educação brasileira: a descontinuidade que acontece em cada governo, recomeçar a história da educação, desconsiderando as boas políticas educacionais por não ser de sua iniciativa.

Com um plano com força de lei, respeitado por todos os dirigentes municipais, resgata-se o sentido da continuidade das políticas públicas.

Torna-se marco político-institucional do Município de Ubá o Decreto nº 5.687, de 16 de abril de 2015 que constitui a Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação – PME (Comissão Técnica e Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Ubá), respectivamente. Ambos demonstram o avanço da postura democrática do Município em relação à construção das suas políticas públicas.

Finalmente, espera-se que esta contribuição garanta a identidade e autonomia do Município de Ubá e somada ao processo educativo como um todo, amplo e universal, crie estímulos para que a educação aconteça todo dia, a cada momento da história do mundo.

5 EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

5.1 Histórico da Educação no Município

A história da educação no município de Ubá foi marcada por grandes feitos históricos que precisam ser mencionados por contribuído com a evolução e efetivação do processo educacional de nossa cidade, dentre eles, destacam-se:

A inauguração no dia 24 de agosto de 1905 em Ubá de um estabelecimento de grau médio (o primeiro, no gênero a ser criado na Zona da Mata), o Ginásio São José. Um fato histórico não só para a cidade de Ubá naquela época, mas, principalmente em termos de futuro e pelo fato de atender a demanda da população carente que não podia dar continuidade aos estudos em centros maiores devido a problemas de ordem diversa (inclusive material) e não prosseguiram estudos, não concluíam os cursos, não conseguiam o término de promissoras carreiras. Foram 52 anos de funcionamento ininterrupto. O Ginásio São José atravessou os anos, superou dificuldades, abrigou alunos, acolheu mestres, tornou-se um marco na história de Ubá, mas não se encontra em funcionamento atualmente.

Idealizada pelo Prof. Lívio Carneiro a Escola de Farmácia e Odontologia de Ubá, foi formalizada através do decreto número 11.530 de 18 de março de 1915 e no dia 2 de abril do ano de 1924 iniciaram-se as aulas. A diretoria da escola foi constituída pelo Diretor Técnico, Dr. Ângelo Barleta, Diretor Geral, Prof. Lívio Carneiro, Secretário Prof, J. A. Simões e como o Ginásio São José não mantém seu funcionamento nos dias atuais.

Para atender a juventude feminina em 25 de junho de 1911 foi instalado o Colégio Sagrado Coração de Maria de Ubá. Em 1913 o colégio passava a funcionar em local definitivo, onde funciona até os dias de hoje.

Em 14 de agosto de 1928 através de seu idealizador Raul Soares, foi fundado o Ginásio Mineiro Raul Soares. Inicialmente funcionava à Rua Treze de Maio, sua sede própria foi fundada em 24 de agosto de 1961, onde funciona até os dias atuais com a denominação de Escola Estadual Raul Soares.

Em 1980, a educação de Ubá era ofertada por um estabelecimento de Educação Superior, Faculdade de Filosofia, Ciências de Ubá; 2 (dois) estabelecimentos de 2º grau, Escola Estadual Senador Levindo Coelho, Escola Técnica de Comércio de Ubá, um estabelecimento de 1º e 2º graus, Escola Rui Barbosa. 6 (seis) escolas de 1º grau (5º ao 8º ano), sendo 4 estaduais e uma privada, Colégio Sagrado Coração de Maria. 14 (quatorze) escolas estaduais de 1º grau (1ª a 4ª série) e 29 (vinte e nove) Escolas Municipais Rurais.

Atualmente a educação básica de Ubá oferece atendimento à Educação Básica, de acordo com o IBGE/Censo 2012 em 76 estabelecimentos de ensino, 39 (trinta e nove) escolas de ensino fundamental, sendo 17 (dezesete) pública estadual, 13 (treze) pública municipal e 9 (nove) privada; 11 (onze) escolas de ensino médio, sendo 6 (seis) pública estadual, 5 (cinco) privada,

27 (vinte e sete) escolas de ensino pré-escolar, sendo 16 (dezesesseis) pública municipal, 11(onze) privada.

No ano de 2015 foram inauguradas 3 creches municipais.

No atendimento à Educação Superior, Ubá conta com o atendimento de 7(sete) Instituições credenciadas pelo MEC, sendo 3(três) delas com oferta em educação presencial, Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá – UNIPAC – UBÁ – 15(quinze) cursos de graduação, Faculdade Ubaense Governador Ozanam Coelho – FAGOC – 14 (quatorze) cursos de graduação e cursos de especialização e Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG com xx cursos de graduação; e 4(quatro) com oferta de Educação à Distância, Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR , Centro Universitário Internacional – UNINTER, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e Universidade Luterana do Brasil – ULBRA.

Além disto, conta com o apoio do SENAI (Cursos profissionalizantes), A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e ainda desenvolve programas próprios.

Percebe-se um crescimento quantitativo em relação ao número de escolas, não menor que este o crescimento qualitativo pode ser comprovado pelo IDEB do Município.

Muito além de suas obrigações constitucionais, historicamente o Município de Ubá nunca se limitou às ações exclusivamente relacionadas à responsabilidade com a Educação Básica. As crianças desde a mais tenra idade são assistidas pela rede de escolas públicas, com a indispensável contribuição das instituições privadas, bem como a Educação de Jovens e Adultos, Profissional e Superior.

A proposta do Município de Ubá está pautada na defesa de uma educação que possibilite ensino e aprendizagem permanentes e para todos, buscando garantir uma efetiva cidadania na riqueza de uma cultura aberta às diversidades.

5.2 Diagnóstico da Educação no Município

5.2.1 *Garantia do Direito à Educação Básica com Qualidade*